



Fórum Administrativo – FA

Belo Horizonte, ano 14, n. 160, jun. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Autarquias plurissubjetivas (consórcios públicos de direito público) – Sua importância em um contexto jurídico-administrativo em evolução
Ciro di Benatti Galvão, Paulo César Oliveira do Carmo, Paulo Afonso de Oliveira Júnior
- ◆ Cumulação de rendimentos públicos – Distinções necessárias
D'Alembert Arrhenius Alves dos Santos
- ◆ Protestos de rua e “rolezinhos” prenunciam o novo papel dos administrados na evolução da administração consensual?
Luana Aita
- ◆ A estratificação da infração administrativa – Uma teoria geral ainda em construção na doutrina e na jurisprudência
Marco Aurélio Souza da Silva
- ◆ A metodologia transdisciplinar como instrumento teórico em prol da realização do Estado Democrático de Direito – Uma tentativa dialógica do direito administrativo e da Ciência da Administração
Pedro Thomé de Arruda Neto

Direto ao ponto

- ◆ Servidor público municipal celetista estável pode ser demitido de forma imotivada?
Gina Copola

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Aposentadoria e interregno entre vínculos
- ◆ Publicação de artigos e direito autoral

Jurisprudência Seleccionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Ação direta de inconstitucionalidade – Decisão administrativa do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – Processo administrativo – Extensão de concessão de gratificação de 100% dos agravantes aos servidores do Tribunal de Justiça – Art. 37, incisos X e XIII, da Constituição Federal – Exigência de lei formal

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Administrativo – Servidor público estadual – Auditor Fiscal – Teto remuneratório – Inobservância para a carreira – Sistema remuneratório composto por parcela fixa e outra variável – Constituição Estadual de Santa Catarina e Lei Complementar Estadual nº 442/2009 – Vedação ao Poder Judiciário de realizar judicialmente a isonomia remuneratória

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Administrativo – Servidor público – Militar da Aeronáutica transexual – Reforma *ex officio* por incapacidade definitiva para o serviço militar – Nulidade do ato – Direito a eventuais promoções

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Direito Administrativo – Servidor público – Processo Administrativo Disciplinar (PAD) – Afastamento preventivo – Art. 147, Lei nº 8.112/90 – Isenção da responsabilidade do servidor ao final – Gozo de férias relativas ao período de afastamento – Possibilidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Servidor público federal – Dispensa de ponto para gozo oportuno – Direito não gozado – Indenização em pecúnia – Possibilidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Concurso público – ECT – Aprovação – Inaptidão física – Injusta reprovação – Indenização por danos morais – Não cabimento – Cabimento apenas quando configurado ato abusivo ou arbitrário da Administração Pública

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Ação civil pública – Hospital público universitário – Terceirização – Escassez de realização de concursos públicos – Execução de atividades inerentes a atribuições típicas de cargos públicos e desempenháveis apenas por servidores públicos por terceirizados – Burla ao princípio da obrigatoriedade do concurso público – Art. 37, inciso II, da Constituição Federal

Ementário

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Tributário

Legislação Comentada

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 52)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação



Fórum Administrativo – FA

Belo Horizonte, ano 14, n. 161, jul. 2014

Doutrina

Artigos

- ◆ Supremacia do interesse público sobre o privado – Uma necessária desconstrução da crítica
Claudio Penedo Madureira
- ◆ Modulação de efeitos e sentenças aditivas na jurisdição constitucional brasileira – Um estudo de caso a partir do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade n°s 4.357 e 4.425
Cláudio Pereira de Souza Neto, Ademar Borges de Sousa Filho
- ◆ A presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos na Administração Pública contemporânea
Emerson Affonso da Costa Moura
- ◆ Delegação legislativa e o aprimoramento do processo legislativo
Eurico Zecchin Maiolino
- ◆ A teoria do fato consumado nos concursos públicos
Felipe Migosky
- ◆ Gestão de pessoas e retenção de talentos – Um estudo voltado à Advocacia Pública Federal
Tatiane Goliczevski

Direto ao ponto

- ◆ **É possível a cassação de mandato já cumprido?**
Gina Copola

Orientações Práticas Fórum Administrativo

- ◆ Cálculo de férias de servidor e exoneração de função comissionada
- ◆ Residência jurídica

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Constitucional – Administrativo – Incorporação de “quintos” – Percepção da vantagem remuneratória no exercício de cargo de carreira diversa – Inviabilidade –

Vedação de acumulação de cargos públicos – Vedação que se estende tanto aos deveres do cargo, como aos direitos

◆ **Superior Tribunal de Justiça**

Concurso público – Magistratura estadual – Aprovação fora do número de vagas inicialmente ofertado – Surgimento de novas vagas – Previsão editalícia de convocação dos aprovados remanescentes – Direito líquido e certo configurado – Impossibilidade de nomeação com data retroativa

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Administrativo – Improbidade administrativa – Professor e reitor da UFT – Regime de dedicação exclusiva – Participação em cursos esporádicos e não permanentemente lecionados pelo professor com vínculo de dedicação exclusiva – Não configuração do ato de improbidade

◆ **Tribunal Regional Federal da 2ª Região**

Processo administrativo disciplinar – Antecipação de tutela – Ausência de urgência em razão de não haver condenação ou elaboração de relatório final de Comissão de PAD sugerindo a aplicação de punição administrativa – Apuração de possíveis irregularidades na conduta do servidor – Necessidade de prova pericial – Possibilidade de órgão disciplinar investigar as declarações de renda apresentada pelo investigado – Art. 13, da Lei nº 8.429/92

◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

Ação civil pública – Dano moral coletivo – Direito dos portadores de deficiência ao passe livre no transporte rodoviário interestadual – Lei nº 8.899/94 – Limitação do número de assentos imposta pelo Decreto nº 3.691/2000 – Restrição ao alcance protetivo da norma – Abstenção da observância da norma – Ausência de previsão de fonte de custeio – Manutenção do equilíbrio econômico-financeiro – Revisão do contrato de concessão

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Administrativo – Constitucional – Servidor público – Licença adotante – Proteção à criança – Art. 210, da Lei nº 8.112/90 – Tratamento antiisonômico entre filho biológico e adotivo – Violação ao art. 227, §6º, da CF/88

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Administrativo – Responsabilidade civil – Empresa pública prestadora de serviços públicos – Execução fiscal – Inexistência de bens e valores a penhora – Inclusão do município que a instituiu no pólo passivo da demanda – Possibilidade – Responsabilidade subsidiária

Ementário

- ◆ Administrativo
- ◆ Concurso Público
- ◆ Improbidade Administrativa
- ◆ Previdenciário
- ◆ Processo Administrativo Disciplinar
- ◆ Servidor Público

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Concurso Público
- ◆ Constitucional
- ◆ Meio Ambiente
- ◆ Poder de Polícia

Legislação Comentada

- ◆ Comentários e anotações ao Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis da União (art. 53)
Antônio Flávio de Oliveira

Legislação

- ◆ Informativo de Legislação